



Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

HABEAS CORPUS Nº 5023661-46.2015.4.04.0000/PR
RELATOR : JOÃO PEDRO GEBRAN NETO
PACIENTE/IMPET : LUIZ INACIO LULA DA SILVA
RANTE
IMPETRADO : Juízo Federal da 13ª VF de Curitiba
MPF : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus preventivo* impetrado por Mauricio Ramos Thomaz, não advogado, em favor de Luiz Inácio Lula da Silva, requerendo a expedição de salvo-conduto. Sustenta que, pelo histórico da "Operação Lava-Jato" e pelas notícias veiculadas na imprensa (jornais, revistas e blogs), o ex-presidente está na iminência de ser preso preventivamente, o que representaria coação ilegal.

É o relatório. Passo a decidir.

1. Decreto o segredo de justiça por 48 horas, tendo em vista que as múltiplas consultas externas no portal do TRF4 em relação ao presente feito têm inviabilizado o sistema processual deste Tribunal, afetando todos os gabinetes, inclusive no tocante à apreciação do próprio *habeas corpus* e de outras medidas urgentes.

Ultrapassado o prazo acima referido, deve ser levantado o segredo, permitindo-se amplo acesso à inicial e demais elementos dos autos.

2. Quanto ao mérito, de plano é possível constatar a inexistência de qualquer fundamento para a pretensão, devendo a petição inicial ser indeferida. Não traz o autor-popular qualquer informação concreta sobre aquilo que imagina ser uma ameaça ao direito de ir e vir do paciente. Sequer junta com a inicial documentos relativos a sua própria qualificação, apenas fazendo protocolar petição inicial, buscando supostamente proteger o interesse de terceiro.

Cuida-se apenas de aventura jurídica que em nada contribui para o presente momento, talvez prejudicando e expondo o próprio ex-presidente, vez que o remédio constitucional foi proposto a sua revelia.

Assim, entendo que o remédio constitucional merece sequer seguimento. Não servem notícias de jornais, revistas e portais de informação como fundamento para o pedido formulado na inicial. Como sabido, "*o habeas*





Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

corpus preventivo é cabível quando houver efetiva demonstração da existência de ameaça ao direito de liberdade de locomoção do paciente, o que não é o caso dos autos". Ainda, "não havendo elementos concretos que evidenciem o receio alegado pelo paciente de vir a sofrer lesão no seu direito de locomoção, não se pode falar na expedição de salvo conduto preventivo" (HC nº 5013300-38.2013.404.0000, 8ª TURMA, minha relatoria, v.u., juntado aos autos em 12/07/2013).

3. Por fim, percebe-se que o autor/impetrante não é advogado, não atuando, pois, sob o paleo das garantias da advocacia, usando linguagem imprópria, vulgar e chula, inclusive ofendendo a honra de várias pessoas nominadas na inicial. Malgrado não esteja perfeitamente identificado, entendo que deve ser comunicado o Ministério Público Federal para adoção de providências cabíveis.

Em face do exposto, forte no art. 220 do RITRF4, **indefiro liminarmente a ordem de habeas corpus**.

Comunique-se o Ministério Público Federal.

Preclusa esta decisão, dê-se baixa na distribuição com as cautelas de estilo.

Porto Alegre, 25 de junho de 2015.



Documento eletrônico assinado por **Desembargador Federal João Pedro Gebran Neto, Relator**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php>, mediante o preenchimento do código verificador **7647257v2** e, se solicitado, do código CRC **E1F42A20**.

